

## O ESPAÇO URBANO SOB O NEOLIBERALISMO E OS “TERRITÓRIOS DA VIDA HUMANA” COMO POSSIBILIDADES DO “COMUM”

*URBAN SPACE UNDER NEOLIBERALISM AND THE “TERRITORIES OF HUMAN LIFE” AS POSSIBILITIES OF THE “COMMON”*

 Otávio Augusto Alves dos Santos <sup>A</sup>

 Cláudio Jorge Moura de Castilho <sup>B</sup>

<sup>A</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil

<sup>B</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

**Recebido em:** 17/03/2021 | 13/05/2021    **DOI:** 10.12957/tamoios.2021.58497

**Correspondência para:** Otávio Augusto Alves dos Santos (otavio.augusto@ufrpe.br)

### Resumo

O espaço urbano, atualmente, é produzido por diferentes agentes a partir de interesses e práticas calcadas na razão neoliberal, tentando esmagar tudo o que encontra no seu caminho. Porém, esta experiência urbana não apaga de todo as possibilidades de fortalecer os territórios da vida humana, fazendo valer as possibilidades do comum. Este artigo faz uma reflexão sobre a tendência atual de organização dos espaços urbanos, suscitando e/ou consolidando as diversas formas de resistência às práticas espaciais autoritárias e violentas inerentes a essa racionalidade. O método de abordagem da presente reflexão aproxima-se do materialismo histórico-dialético, tendo em vista sua plasticidade no que concerne à apreensão das contradições e dos conflitos estabelecidos no curso da história do capitalismo. Ao final, corroborou-se a hipótese segundo a qual os territórios da vida humana podem ser reforçados como perspectivas de construção do comum, combatendo o discurso único que impõe a cidade neoliberal.

**Palavras-chave:** Desigualdades Territoriais. Resistências Sociais. Contra-Racionalidade. Outro Mundo Possível.

### Abstract

Currently, the urban space is produced by different agents based on interests and practices from a neoliberal logic, trying to crush everything in its path. However, this urban experience does not completely erase the possibilities of strengthening the human life territories, constructing the possibilities of the common. This paper reflects on the current trend in terms of the urban space organization, raising and/or consolidating the various resistance shapes face to authoritarian and violent spatial practices inherent to this rationality. The approach method of this reflection is close to historical-dialectical materialism, due to its flexibility relative to the apprehension of contradictions and conflicts established during the course of the capitalism's history. Finally, we corroborated the hypothesis through which the human life territories can be reinforced as perspectives for the construction of the common, fighting against the unique discourse that imposes the neoliberal city project.

**Keywords:** Territorial Inequalities; Social Resistances. Counter-Rationality. Another Possible World.







## INTRODUÇÃO

O processo de produção do espaço urbano possui diferentes agentes, cada qual portando interesses e práticas espaciais (CORRÊA, 1989, 2013). Na atual etapa do processo de mundialização do Capital, o qual atualmente é chamado de “globalização”, e, portanto, sob a hegemonia da racionalidade neoliberal, essa produção tende a privilegiar os interesses do que Castilho (2018, 2019) tem chamado de “Complexo Fundiário Imobiliário Comercial Financeiro” (CFICF), através da ação conjunta e ao mesmo tempo contraditória de diferentes agentes. Tais interesses são apresentados como finalidade última da produção, sobrepondo-se sobre a própria reprodução da vida humana e a manutenção do equilíbrio ecológico dos ecossistemas naturais, aguçando ainda mais a dramática separação entre sociedade e natureza. Frequentemente, as práticas que viabilizam os interesses dos agentes hegemônicos, representados aos níveis locais pelo CFICF, se valem da espoliação e da pilhagem, ao que se seguem diferentes formas e intensidades de privação da vida em sua diversidade.

Apesar da sua hegemonia, as referidas práticas não se concretizam plenamente, ou sem qualquer resistência, isto, notadamente, porque o espaço não é uma tábula rasa desprovida de rugosidades (SANTOS, 2000). Portanto, há sempre uma série de inércias que, em certa medida, atrapalham os propósitos dos grandes projetos de produção territorial norteados pela razão neoliberal. As rugosidades geralmente correspondem às formas e práticas espaciais provenientes das classes sociais e grupos subalternizados e oprimidos (trabalhadores formais e informais, mulheres, LGBTQIA+, quilombolas, povos de terreiros, indígenas, etc.), isto é, de agentes cujos interesses, muitas vezes, não se conjuntem organicamente com os do CFICF, destoando absolutamente deles. Essas formas e práticas, apontando direcionamentos contra-hegemônicos, a despeito do atual período de primazia da racionalidade neoliberal, têm se organizado em torno da construção e/ou manutenção do que Castilho (2018, 2019) tem chamado de “territórios da vida humana”, podendo vir a consolidar no tempo-espaço experiências de “comuns urbanos”. Aliás, a valorização e consideração de tais experiências constituem, no âmbito de uma totalidade complexa que é uma cidade, condição *sine qua non* para a democratização efetiva da gestão e do planejamento urbanos.

Este artigo procura refletir sobre a tendência atual de organização dos espaços urbanos neste novo período de hegemonia do neoliberalismo, suscitando e/ou consolidando as diversas formas de resistência às práticas espaciais autoritárias e violentas inerentes aos interesses do CFICF, tomando como exemplo a realidade do Recife.

O método de abordagem da presente reflexão aproxima-se do materialismo histórico-dialético, na medida em que se tomou o devido cuidado para não recair em visões doutrinárias, que há muito são criticadas. Com isso, procurou-se abrir às perspectivas





diferentes e críticas em circulação. Por outro lado, a opção por esta abordagem metodológica aconteceu em função da sua plasticidade no que tange à sua capacidade de entender o processo contraditório de produção dos espaços, suscitando tensões e conflitos no âmbito de um processo histórico dinâmico que se acha em permanente movimento, em algum sentido.

Com vistas à operacionalização desta abordagem metodológica, visando concretizar o objetivo acima delimitado, utilizou-se dos seguintes métodos de procedimento: levantamento bibliográfico acerca da questão ora delimitada para debater, experiência dos pesquisadores em atividades de ensino, pesquisa e extensão relativas aos espaços urbanos e aos processos de resistência vivenciados *in situ*, e reflexão crítica.

Diante do exposto, o presente artigo foi estruturado de maneira a: no primeiro item, refletir-se sobre a produção do espaço urbano na realidade periférica em sua complexidade, demonstrando as mudanças introduzidas pela racionalidade neoliberal; no segundo item, discorrer-se sobre a irrupção dos chamados “comuns urbanos”, demonstrado sua natureza e a perspectiva teórica de sua compreensão em termos de visão e prática de mundo com as quais nos vinculamos empaticamente; no terceiro e último item, refletir-se sobre as perspectivas de fortalecer os “territórios da vida humana” na busca da sua emergência como experiência dos comuns, demonstrando o potencial transformador que tais territórios podem adquirir quando tomados por uma consciência e uma atuação política anti-neoliberal.

## O ESPAÇO URBANO SOB O NEOLIBERALISMO

Toda prática espacial visa atender determinados interesses os quais, muitas vezes, tal como nos tem mostrado a história, são os interesses hegemônicos, muito embora em determinados momentos da história tais interesses tenham conflitado com aqueles provenientes dos “territórios fortes”.

Durante o século XX, os interesses hegemônicos apontavam para o desenvolvimento industrial e das condições de modernização capitalista, fundamentado, em todo o mundo, o acontecimento das práticas que permitiram o grande crescimento das cidades e o processo de metropolização sob os parâmetros ora do que se pode considerar como desenvolvimentismo, ora como neoliberalismo, segundo as vicissitudes da história.

No mundo periférico, cabe ponderar, os interesses supramencionados foram incorporados sem que as práticas espaciais deles derivadas se materializassem plenamente, ou da mesma forma com que se havia materializado no mundo central, levando à constituição do que Santos (1987) chamou de “metrópoles incompletas”, ou, conforme afirmou depois, à constituição dos “dois circuitos da economia urbana” (SANTOS, 1979). Nessa perspectiva, nossas cidades resguardam diferenças que inviabilizam a plena aplicação de conceitos e teorias advindos de outros contextos histórico-geográficos.





Por outro lado, o que nos interessa é perceber que sobre essas cidades parcialmente modernizadas, mantendo as seculares e deploráveis desigualdades territoriais, pelo menos desde a década de 1990, tem se projetado uma série de novos interesses, não mais ligados aos imperativos da industrialização e da modernização, mas aos das grandes finanças, do mercado imobiliário, dos grandes empreendimentos turísticos e eventos esportivos. Isto é, aos interesses do CFICF que, sob a razão neoliberal, possui significativo poder no processo de gestão das cidades.

Desde o final do século XX, as finanças e a atividade rentista têm se aliado organicamente com agentes ligados à produção material do espaço, sobretudo no que diz respeito à provisão habitacional (ROLNIK, 2015). Se, conforme Corrêa (2013), diferentes agentes, sob determinadas circunstâncias, elaboram estratégias e práticas semelhantes, pode-se dizer que o referido complexo advém da comunhão de interesses e práticas espaciais provenientes de agentes que hoje se articulam de forma cada vez mais evidente nas cidades. São eles: os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, os bancos, os financistas e o Estado, instituição esta que, em muitos casos, tem dado suporte aos interesses dominantes.

A partir, sobretudo, dos anos 1980/90 tem ocorrido uma reestruturação no padrão de valorização do espaço urbano periférico, especialmente o brasileiro, deixando de ser expansivo para ser cada vez mais concentrado, voltado à sua reprodução (SANTOS, 2020).

Os interesses antes propalados preconizavam a industrialização, a criação de polos industriais, regiões estratégicas de desenvolvimento, cujas práticas espaciais levaram ao crescimento das cidades para além de suas fronteiras originais e ao processo de metropolização, o que muitas vezes se dava a partir da atuação do Estado mediante políticas públicas de habitação.

Posteriormente, o que se tem visto, é a irrupção de processos de desvalorização-revalorização e o reaproveitamento dos espaços urbanos consolidados, seja para a promoção habitacional autosegregada, ou para a produção de uma miríade de equipamentos voltados ao consumo e à atração de mais fluxos econômicos, tais como shopping centers e lugares gentrificados. Isto tem se dado através de ações revitalizadoras e “turistificadoras”, ao que tem contribuído, junto com os atuais modelos de planejamento e gestão urbanos, à fragmentação (SANTOS, 2020).

Acredita-se que há uma racionalidade comum que fundamenta a projeção desses interesses e práticas espaciais, e esta racionalidade tem sido a neoliberal. Antes mesmo de esclarecer o seu significado, cabe antes fazer um breve comentário sobre a ideia de racionalidade e, depois, sobre a concepção de neoliberalismo aqui adotada.

A consideração de uma racionalidade não nos vincula automaticamente a uma perspectiva weberiana, muito menos pós-moderna. Um marxista contemporâneo como Harvey (2018) admitiu em obra recente a existência de uma “razão” econômica indômita, que





fundamenta o atual movimento do valor e cujo resultado tem sido a construção da crise contemporânea, a qual, aliás, é perfeitamente funcional ao capitalismo. Dardot e Laval (2016) descrevem a dita “razão neoliberal” em “A nova razão do mundo: ensaio sobre o neoliberalismo”, obra que nos baseamos e cujas ideias estão calcadas no pensamento de diferentes autores, com destaque para o francês Michel Foucault. Trata-se, portanto, de uma visão diferente daquela que vimos utilizando em trabalhos anteriores, muito mais vinculados a uma perspectiva “puramente” dialética histórico-materialista. Contudo, compreendemos a necessidade de abertura teórica e metodológica, e de rejeição a qualquer perspectiva doutrinária, entendendo a riqueza no diálogo entre diferentes correntes e autores na compreensão do mundo atual.

Nossa visão sobre o neoliberalismo é também aberta. Em vez de limitar-se a uma simples teoria macroeconômica, muitas vezes resumida no aforismo do “Estado mínimo”, preferimos compreendê-lo como uma forma de ser no mundo, um sistema de poder, que requer uma forte presença do Estado. Harvey (2018, p. 12) afirma que o neoliberalismo corresponde a...

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Para tanto, o Estado não é efetivamente minimizado, mas sua função é redimensionada, deixando de ser promotor do bem-estar social e da preservação do meio ambiente, para ser, cada vez mais, um catalisador do pleno funcionamento dos mercados, da competição e da capacidade de obtenção do lucro. Dardot e Laval (2016) também afirmam que é um equívoco conceber o neoliberalismo como uma simples corrente de pensamento econômico cuja marca seria o Estado mínimo, pois os fatos históricos que marcaram seu surgimento — desde as políticas de abertura econômica e controle do trabalho implementadas por Thatcher na Inglaterra, por Reagan nos Estados Unidos, ou por Pinochet no Chile — são essencialmente políticas de Estado, que exigiram sua presença vigorosa<sup>1</sup>.

No mundo periférico, o neoliberalismo aportou como um conjunto de conceitos e ideias importadas, que foram compulsórias e descontextualizadamente aplicadas em diferentes realidades nacionais, seguindo prescrições e agendamentos de organismos multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional. O Consenso de Washington correspondeu a referência com base no qual uma série de medidas macroeconômicas e de reformulação do Estado foram implantadas, privatizando todo o capital social construído durante décadas de esforço à modernização, desidratando as garantias institucionais de trabalhadores e as incipientes redes de proteção social até então construídas, para que as atividades econômicas pudessem se desenvolver sem qualquer restrição. Contudo, como o neoliberalismo não corresponde somente a uma agenda político-econômica, mas uma





racionalidade, sua incidência foi além, pois fez surgir no interior do Estado novos modelos de governança e, na sociedade, novos padrões de relações e comportamento sociais, ao que podemos acrescentar também uma série de novos interesses e práticas espaciais.

O efeito desta racionalidade na realidade urbana brasileira tem sido o aumento da privação. Tonucci Filho e Magalhães (2017), para quem a política macroeconômica possui relações diretas com a metrópole, afirmam que a resposta neoliberal à crise dos anos 1980 teve na cidade e nas regiões um lugar para a realização dos imperativos da busca por vantagens comparativas, incentivando a permanente competição. Os autores também concordam que, a despeito da mudança no padrão da produção de riquezas (que deixou de ser alicerçado na industrialização para se apoiar nas finanças) e nos modelos de planejamento urbano praticados, os processos excludentes e privatizantes permaneceram. Em sendo assim, se antes ocorriam pelo cerceamento, hoje é também pela gentrificação, demonstrando de maneira cada vez mais patente a relevância do espaço na dinâmica do capitalismo.

Acreditamos que, sob a racionalidade neoliberal, o espaço urbano passou a ser estruturado e gerido no arco de processos de espoliação e pilhagem ambiental, com base nos quais as ações dos diferentes agentes, de forma consciente ou não, favorecem a privação, promovendo também a competição. O grande agente hegemônico, para quem todas as práticas convergem, tem sido, destarte, o CFICF. Este complexo hoje impõe-se de forma cada vez mais estratégica, fazendo valer os seus interesses, muitas vezes contando com o total apoio do Estado. A principal prática espacial resultante é a tentativa de territorialização de espaços no interior da cidade, não importando os laços territoriais preexistentes, muito menos as condições ambientais, no intuito de se obter localizações vantajosas a partir das quais se desenvolverão novos processos de valorização (ou des-revalorização) do espaço.

Depois de apropriadas algumas das parcelas mais cobiçadas da cidade, geralmente dotadas de infraestruturas que permitam a integração entre locais de trabalho, enclaves residenciais e grandes centros de consumo, o CFICF põe-se a mobilizar o capital, em suas diferentes esferas, no intuito de desencadear processos de valorização, a maioria dos quais voltados a construir espaços segregados, sejam eles residenciais, de lazer ou de consumo. Conforme já mencionado em Santos (2018, 2020), a difusão desses enclaves é o que tem levado ao processo de fragmentação do espaço. Este compõe, junto com a segmentação e a segregação, um dos mais importantes processos espaciais na cidade contemporânea, intimamente relacionado com a difusão do sentimento do medo e de um modo de vida entre-muros.

Outro importante fato que está vinculado à fragmentação do espaço, e que também revela fortes relações com a razão neoliberal, tem sido a irrupção de modelos apolíticos de planejamento e gestão urbanos (SANTOS, 2018). Desta vez, Swyngedouw (2012) é quem nos alerta para a irrupção de abordagens que preconizam um associativismo colaborativo de tecnocratas que, seguindo agendamentos políticos e engenharias sociais importadas, elaboram





interpretações e elegem ações que julgam necessárias e suficientes para o enfrentamento dos problemas urbanos, impondo-as como única alternativa.

Haveria, assim, a constituição de grandes consensos, para os quais concorreria a ação conjunta de diferentes agentes, todos empenhados em fazer crer na trajetória escolhida como a única possível. Segundo a avaliação de Swyngedouw (2012), essa ausência do contraditório e do cotejamento político é o que tem levado à constituição do que chamou de “cidade pós-política”.

Contudo, a história tem-nos mostrado que, na prática, a cidade continua sendo política, o que se comprova através dos diversos territórios que, não se calando diante da insensatez e perversidade dos impactos perversos inerentes ao neoliberalismo sem limites, buscam fazer valer os seus interesses na perspectiva de um outro mundo possível.

Em Recife, experiências como as das lutas urbanas dos anos 1950/1960 no período pré-golpe de 1964, as mobilizações sob as asas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) do período da ditadura militar, a institucionalização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) dos anos 1980 durante o processo da transição democrática, e as mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) dos anos 1990/2000, somente para mencionar algumas, constituem exemplos de um urbano que não se cala.

## **O ALVORECER DOS “COMUNS URBANOS”**

É com o objetivo de reativar a política sem a qual não se consegue dar os saltos necessários à mudança concreta da sociedade, de trazê-la novamente para o centro da discussão sobre os processos de territorialização dos espaços urbanos, desconstruindo consensos e emplacando uma nova racionalidade, adversa à neoliberal, que tem insurgido nas cidades contemporâneas, especialmente nas periféricas, os chamados “comuns urbanos”.

Os comuns têm erigido como bandeira de diferentes movimentos sociais, que lutam em favor do uso comum dos recursos abertos e compartilhados (tais como o ar ou a água) e da gestão coletiva desses recursos, sendo objeto de importantes discussões e abordagens teóricas, algumas das quais responsáveis por relacioná-los com os “bens comuns”. Há, neste sentido, duas linhas a partir das quais se pode abordá-los, uma liberal e outra sociopolítica.

Pela via liberal, o comum é visto sob o prisma da degradação ou da conservação de bens de uso coletivo, ambas apontando para a necessidade da privação, seja por agentes públicos ou privados. Hardin (2009), através da “tragédia dos bens comuns”, sentencia a necessidade da privação, seja por agentes privados ou pelo Estado, para que o uso coletivo e indiscriminado de bens como o solo, a água e o ar não os esgotem. Ostrom (1990), por outro lado, afirma que inúmeras experiências de gestão comunitária desses bens têm possibilitado sua conservação. Para tanto, seria necessário articular um arranjo institucional adequado e





políticas públicas, que permitam a criação de regras muito bem claras de uso e modelos de gestão a partir das pessoas. Isto é, apesar de contrariar a visão segundo a qual os homens são essencialmente egoístas, e que sua ação individual tende a dilapidar os bens compartilhados, esta mesma autora reafirma a necessidade de haver uma institucionalidade, que seja capaz de definir regras e exercer exclusivamente o poder de coagir e, eventualmente, impor privações.

Pela via sociopolítica, o comum deixa de ser um adjetivo para se tornar um substantivo. Em vez de qualificar um tipo de “bem”, o termo passa a designar uma experiência social radicalmente diferente, envolvendo outros interesses e práticas espaciais. Quem nos oferece um aporte neste sentido é Hardt & Negri (2016), na medida em que afirmam haver um comum material e outro artificial no mundo atual. O primeiro diz respeito aos espaços e recursos naturais e valorizados pela ação humana, que são compartilhados ou de uso coletivo. O segundo é o mais importante, pois tem a ver com as subjetividades e os discursos, sendo muito difícil de se aplicar qualquer lógica de privação. Trata-se das produções imateriais feitas em cooperação e em regime de compartilhamento, como os softwares livres. O comum adviria dessa construção subjetiva de novos sentidos e de ações cooperativas. Neste mesmo viés, Dardot e Laval (2017) asseguram que o comum é, antes de tudo, um princípio de ação política que tem sido posto pelos ativismos sociais contemporâneos contra a racionalidade neoliberal.

O comum corresponde às novas formas de se opor ao capitalismo, para além do Estatismo inerente de alternativas do século XX, bem como do embate entre público e privado. Trata-se de estratégias de ação política que nascem junto aos movimentos altermundistas, congregando teorias sociais críticas e pós-modernas, mas sempre apontando para uma ruptura com o capitalismo neoliberal, sem recorrer às experiências burocráticas do comunismo real. Consideramos que as estratégias de construção do comum se valem de práticas espaciais, que podem ser realizadas por diversos agentes.

As experiências dos comuns nas cidades contemporâneas, até o momento, têm consistido no uso e na valorização dos espaços públicos, e na territorialização de espaços valiosos (Occupy) para afirmação do direito de morar e viver na cidade, o que frequentemente tem sido acompanhado pela constituição de redes socioespaciais de solidariedade (doações, comércio justo, produção social do habitat, hortas comunitárias, cozinhas coletivas, espaços culturais autogeridos etc.). Os agentes podem ser grupos de trabalhadores informais, sem-teto, mulheres, jovens, estudantes, povos de terreiro, LGBTQIA+ etc. cujos interesses e práticas, muitas vezes, se contrapõem aos do CFICF.

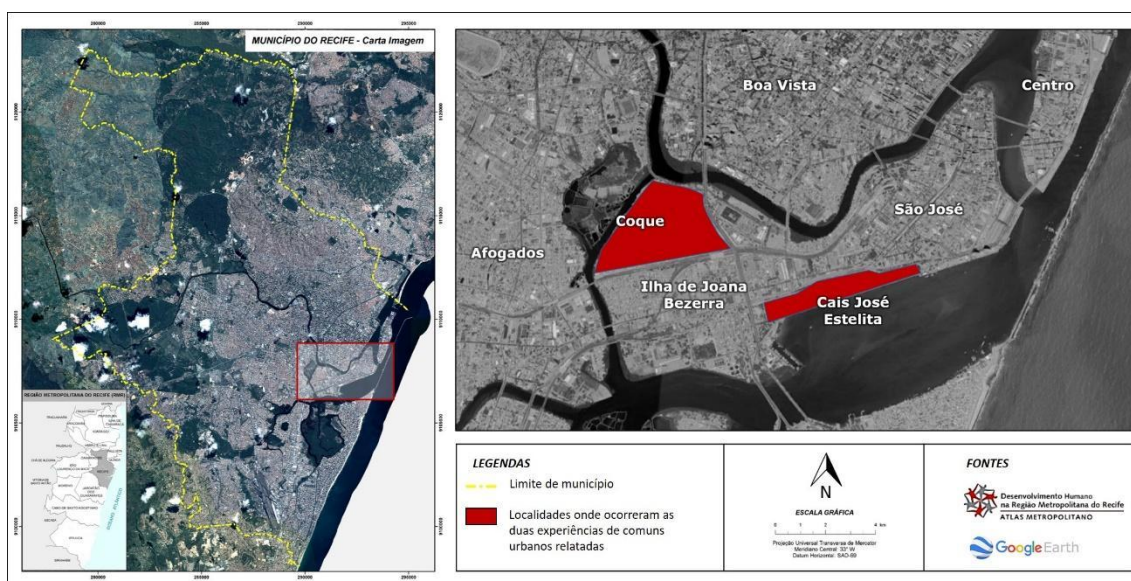
Em Recife, o caso emblemático do movimento Ocupe Estelita, ocorrido entre os anos 2012 e 2017, ilustra o que é a construção de um comum. Conforme já descrito em Santos e Gomes (2016), este movimento surgiu na esteira do conflituoso processo de implantação do Projeto Novo Recife, cujo objetivo era apropriar-se de um imenso território da cidade, o Cais José Estelita, para a construção de megaempreendimentos imobiliários e comerciais, norteados claramente pela razão liberal. A expectativa de enormes impactos negativos nos



âmbitos sociais, ambientais e no do patrimônio histórico ensejou uma vigorosa mobilização através das redes sociais contra o referido projeto, contando com a participação ativa de estudantes, pesquisadores e alguns movimentos sociais. Além da formulação de inúmeros processos judiciais de caráter popular, e da criação espontânea e colaborativa de diversos fóruns de debates (tais como a página Direitos Urbanos), o movimento Ocupe Estelita ganhou corpo de maneira orgânica, congregando diferentes agentes e aglutinando interesses contra a ação unilateral e violenta do CFICF. A principal prática espacial realizada em resposta a esse tipo de ação foi a territorialização eventual do Cais, com os inúmeros “Ocupe Estelita”, onde se bradava o discurso anti-neoliberal de “uma cidade para as pessoas, e não para o Capital”.

Uma outra experiência de comum urbano na cidade do Recife foi promovida pela Rede Coque Reexiste (Figura 1), segundo a qual, moradores do Coque, articulados através de suas entidades voltadas para fortalecer seu território, com ONG e grupos de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, mobilizaram-se com o objetivo de resistirem à ameaça de expulsão decorrente, desta vez, das obras de preparação da cidade para sediar 4 jogos da Copa Mundial de Futebol realizada em 2014. A primeira vitória desta luta social traduziu-se na manutenção das 52 casas que, localizadas na rua Formosa, resistiram à tentativa de tomada de mais uma porção territorial daquele lugar, o que acontece há décadas (CASTILHO, BAUTISTA e GOMES, 2019). Com base nesta conquista, o movimento Coque Reexiste deu continuidade às suas lutas visando, sob a bandeira do Direito à Cidade, conquistar seus direitos e, por seu turno, seu lugar na gestão urbana.

**Figura 1** - Localização do Cais José Estelita e do Coque, onde ocorreram as experiências do Ocupe Estelita e da Rede Coque Reexiste, respectivamente







Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana do Recife e *Google Earth*; Edição: os autores

Esta figura conduz-nos a entrever a relevância da área representada para os interesses urbanístico-higienistas do CFICF, e isto tanto em função da sua localização na área central histórica da cidade, lembrando que o bairro Recife (Antigo) – vitrine do processo de revitalização do Recife – também se localiza na referida área, quanto do seu valor patrimonial-simbólico para as classes dominantes locais.

Ademais, claro está que, para a ocupação da área pelos objetos espaciais inerentes aos referidos interesses, as classes dominantes, com o suporte do Estado, buscam afastar as classes sociais subalternas e oprimidas, visando concretizar seus projetos urbanísticos de cunho higienista através dos quais expulsam os “indesejados”. Destas ações, portanto, surgem, da parte das classes subalternas e oprimidas, as experiências de resistências aos referidos projetos.

É importante ponderar, contudo, que o desenvolvimento de comuns não se dá automaticamente, como se qualquer resposta ao uso neoliberal do espaço correspondesse, por si só, a uma afronta manifesta ao CFICF. Afirmar isso seria, em certo sentido, uma negação da política e uma idealização dos processos de resistência e luta social. Em muitos casos, especialmente na periferia do capitalismo, os comuns são precedidos por práticas que ainda não carregam uma crítica e uma resposta contundente à racionalidade neoliberal. O fato de prejudicar a realização dos interesses e práticas espaciais do CFICF já é algo significativo através do qual se gestam as sementes da crítica e, por seu turno, das práticas futuras. Essas práticas constituem os processos de territorialização com vistas a garantia da vida humana, tais como as ocupações sem-teto, os mutirões e as redes de solidariedade comunitária, abrindo possibilidades à criatividade e à inovação em termos de produção espacial.

## **OS “TERRITÓRIOS DA VIDA HUMANA” COMO POSSIBILIDADES DE REALIZAÇÃO DO COMUM**

Vale ressaltar que as possibilidades – em termos de imaginação de outros mundos e outros territórios – já se acham presentes, quando se parte de uma perspectiva heurística, na própria realidade enquanto movimento contraditório do acontecer permanente da história no mundo, bastando enxergá-las para evidenciá-las, valorizá-las e defendê-las como sendas a serem percorridas.

Pretende-se, nesta seção, dizer que o desenvolvimento de comuns urbanos muitas vezes se dá inicialmente com a constituição de “territórios da vida humana” a qual, apesar de enfrentar um conjunto de adversidades ligadas às reações do CFICF fundamentadas na razão





neoliberal, já está acontecendo no espaço urbano. Segundo Castilho (2019, P. 599), esses territórios correspondem a...

[...] espaços em que, mesmo fazendo parte do mundo – portanto sujeitos a serem atingidos pelos impactos perversos da globalização –, ainda mantêm uma dinâmica territorial específica vinculada aos tempos dos seus próprios atores, constituindo, simultaneamente, territorialidades historicamente tecidas como base da vida local capaz de garantir a sua existência.

Não é preciso deter-se acerca do debate sobre que tipo de território se está referindo aqui. Sabe-se que a Geografia lançou mão de uma miríade de concepções ao longo de seu desenvolvimento histórico. Segundo Saquet (2010), as abordagens e concepções de território transitaram desde uma concepção naturalista e geopolítica para uma perspectiva relacional/dinâmica. O território é aqui considerado segundo a visão de Raffestin (1993), isto é, como um espaço onde se projetou um trabalho realizado por um “ator sintagmático”, sendo este ator o sujeito da territorialização, ou, para se ficar nos termos até então utilizados, o agente que se apropriou de certa parcela do espaço para fazer valer os seus interesses.

Como se viu, algumas das práticas que materializam os interesses do CFICF referem-se às diferentes formas de territorialização dos espaços urbanos. Esse poderoso agente mobiliza todos os demais em torno de seus interesses, fazendo-os agir organicamente em seu favor, para o que a razão neoliberal, enquanto fábula para as classes subalternas e oprimidas, desempenha papel crucial. Ao final, o resultado é sempre a privação e a pilhagem ambiental.

Mas, apesar da sua ação hegemônica, reitera-se, suas práticas não se concretizam plenamente, pois sempre esbarram em uma série de rugosidades, que são os laços territoriais preexistentes, as diferentes formas de fazer a cidade, ou seja, aquelas constituídas para a reprodução da vida. Trata-se de formas e práticas espaciais provenientes de agentes cujos interesses, embora ainda não apontem para experiências do comum, possuem tudo para tal. Por isso...

Nos territórios da vida humana, ainda existem, como rugosidades positivas, valores de união, solidariedade e resistência os quais, apesar de ameaçados pelos constantes avanços do neoliberalismo, permanecem, na dimensão da “psicosfera” como uma força latente que só precisa ser estimulada a fim de serem utilizados como instância de luta, por exemplo, pela cidadania (CASTILHO, 2019, p. 601)

Há, portanto, inúmeras contradições no interior desses territórios, de vez que são constituídos por pessoas que vivem a cidade tal como ela se apresenta, estando cotidianamente submetidas às pressões e ao ambiente de permanente competição e busca por vantagens. Por isso, o cotidiano impõe disputas que, frequentemente, ocasionam disfunções





socioespaciais, tais como a violência e o tráfico de drogas. Além disso, deve-se considerar o contexto de alienação imposto por esse mesmo cotidiano (LEFEBVRE, 2014).

Ainda assim, nesses mesmos territórios, é possível vislumbrar também a emergência de interesses vinculados à solidariedade, orientando ações que visam contornar os problemas espinhosos e urgentes vivenciados pelas classes subalternas e oprimidas no seu dia-dia, como a distribuição de alimentos, a cooperação entre as mulheres, as redes de ajuda e trabalho etc. Por isso Castilho (2019, P. 603) afirma que...

Nos territórios da vida humana, não obstante a existência de visões concretas inerentes à vida das pessoas que neles moram, também fazem-se presentes visões falsas – escamoteadas de concretude com relação ao local – ligadas a intenções externas ao território, coexistindo concretamente. Não obstante, sempre há possibilidades de se chegar a uma síntese capaz de fazer valer os interesses locais.

Em sendo assim, tais territórios resguardam a possibilidade de realização do comum como em nenhum outro. Se tomados por uma consciência anti-neoliberal, os agentes que os constituem podem promover mudanças substanciais na cidade, notadamente maiores e mais profundas que aquelas construídas até então pelas experiências do comum deste início de século. Para tanto, é preciso ação.

Não se pode esperar que desses territórios insurjam transformações naturalmente, como se a história se realizasse à maneira de uma marcha impessoal e inexorável, independente de todo interesse e de toda ação humana. A mudança está lá, mas em estado de potência. Só quando devidamente estimulada é que pode vir a se realizar. E tal estímulo, como se pode supor, perpassa por processos educativos, pela organização e pela luta concreta no e a partir do território. Não se trata de se buscar estímulos externos, mas elaborados coletivamente pelos agentes do território em ação conjunta com movimentos sociais e partidos, bem como por assessorias universitárias.

As próprias instituições públicas de ensino superior nas quais se realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão atuando em experiências de assessoria junto a movimentos sociais podem desempenhar um papel relevante no processo de constituição dos comuns.

O grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) constitui uma das tantas instituições engajadas em rede nas lutas sociais que, partindo de reações à perplexidade e indignação ocasionadas por uma cidade norteadada pela razão neoliberal, na esperança de um acontecer histórico diferente, pode contribuir para o fortalecimento dos comuns.

Em assim sendo, atuando em processos de lutas junto a movimentos sociais em Recife, dando suporte a atividades realizadas pelos seus atores, visando auxiliá-los na conquista e produção de seus respectivos territórios na cidade, o MSEU-UFPE tem





contribuído na realização de tais atividades, reforçando os valores de união, solidariedade e perseverança já existentes no próprio cotidiano dos seus militantes com a finalidade de fazer valer o Direito à Cidade.

A este respeito, militantes do movimento Coque Reexiste revelaram-nos, em 2013, através de conversas realizadas em meio ao processo de mobilização social frente à ameaça de serem expulsos dos seus territórios, que: “... a presença da Universidade em nosso movimento é importante porque o governo nos respeita mais”; “Com a Universidade aqui, a gente está mais seguro porque a polícia pensará duas vezes antes de chegar batendo em nós”; “Os grupos e coletivos aqui presentes explica pra nós o que é a cidade e como a lei pode ajudar a gente a vencer”.

Além desse trabalho, o MSEU-UFPE também tem atuado, como acentua Castilho (2019b), junto a estudantes de escolas públicas e privadas da Região Metropolitana do Recife, através de atividades realizadas em torno de uma perspectiva de pedagogia política mediante a qual se busca combater a racionalidade neoliberal – e posturas obscurantistas como a relativa à “escola sem partido” – dialogando no âmbito da psicosfera, pela maiêutica, sobre o que é a cidade, como ela é construída, quem se beneficia dessa construção, e o que fazer para que a cidade seja um espaço de/para todos e todas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias arroladas nos itens acima se destinam a reafirmar a posição que vimos defendendo em outros trabalhos, sob diferentes perspectivas, mas que tomam a partir de agora uma visão comum. Trata-se de um ponto de vista construído a partir de diferentes experiências, com base em estudos, pesquisas, e nas atividades de extensão universitária realizadas a partir da perspectiva de comunicação defendida por Paulo Freire (1977), através das quais nos aproximamos dos movimentos sociais que têm na conquista do Direito à Cidade seu objeto maior de luta.

Acredita-se, assim, que é preciso fazer valer a cidade voltada à realização plena da vida humana, combatendo a cidade voltada preponderantemente à acumulação de capital, sendo esta uma tarefa que deve ser empreendida por diferentes agentes, em articulação orgânica, atuando em diferentes esferas (institucional, acadêmica, cotidiana etc.) e a partir de diferentes escalas (local, nacional e internacional) do acontecer histórico territorial no mundo.

Vimos que o processo de produção do espaço urbano possui diferentes agentes, e que sob a globalização reforçada ao nível do discurso dominante pela razão neoliberal, norteador o atual acontecer histórico na cidade, a elaboração e implementação das práticas urbanas acontecem no sentido de privilegiar os interesses do CFICF, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente.





Resultado da unidade entre agentes hegemônicos, os interesses desse complexo são apresentados como finalidade última das relações de produção-circulação-distribuição-consumo capitalistas, chegando a adquirir primazia sobre os interesses vinculados à própria reprodução da vida humana e do ambiente natural.

Mas, de fato, as práticas que visam atender os interesses do CFICF não se concretizam integralmente, pois sempre se deparam com rugosidades, que se acham presentes nos territórios da vida humana. Esses territórios são constituídos através das práticas das classes sociais e grupos subalternizados e oprimidos em torno, inicialmente, de sua sobrevivência, da reprodução de sua vida material e de seus laços culturais.

Nossa aposta é que, se embebidas de uma consciência anti-neoliberal, os referidos territórios podem, a despeito de suas contradições, vir a construir experiências transformadoras de comuns urbanos, como foram em Recife o Ocupe Estelita e a Rede Coque Reexiste, podendo ir além e conquistar de fato o Direito à Cidade.

O grande desafio é fazer chegar aos agentes subalternos e oprimidos do mundo periférico as leituras e as estratégias de ação política que hoje embasam as experiências do comum pelo mundo. Trata-se de trabalho árduo, pois envolve a necessidade de estímulos que, como se viu, não podem advir externamente ao território. Isso requer ajustes entre diferentes saberes, aproximação entre diferentes formas de luta e articulação orgânica.

Enfim, diante da tragédia revelada pela produção do espaço urbano sob a razão neoliberal que só engendra perversidade e fábulas para manter o modelo de cidade à sua imagem e semelhança, buscando, inclusive, apagar as perspectivas existentes de possibilidades para o novo, faz-se mister começar a escutar a teoria social crítica fundamentada na história real dos homens e das mulheres no mundo.

No sentido acima colocado, pode-se recorrer aos ensinamentos da própria filosofia liberal, no âmbito mesmo da economia, que, longe da perspectiva do Estado mínimo, mostraram a necessidade do Estado como regulador importante e necessário da vida social. No início da segunda metade do século XVIII, Smith (1982), através da sua teoria dos sentimentos morais, considerou princípios de empatia e justiça os quais, se levados em conta, poder-se-ia ter uma outra sociedade, mesmo no contexto do liberalismo. Retomando tais princípios, economistas sociais reconhecidos como Passet (2002), Zaoual (2006) e Piketty (2019) chamaram nossa atenção, de maneira mais clara, para o fato de que o Estado não tem sido e nem pode ser mínimo.

O primeiro, desmitificando o neoliberalismo para defender que só é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária abandonando as receitas da desregulamentação em favor da submissão cega às leis do mercado. O segundo, criticando a violência dos projetos desenvolvimentistas impostos pelo Norte ao Sul, em especial o seu caráter violento e destruidor do local, defendendo a necessidade de valorizar e contemplar as diversas experiências existentes ao nível do que chama de sítios simbólicos de pertencimento. Os





quais, para nós, possuem grande potencial para fortalecer as experiências dos comuns. E o terceiro, propondo a construção de um socialismo efetivamente participativo em todos os âmbitos sociais (social, cultural, econômico e político), propõe o dismantelamento da ideologia reforçadora da desigualdade visando minar, pela educação valorizadora da equidade social, o hipercapitalismo. Para isso, este mesmo autor defende que o Estado deve desempenhar papel fundamental não somente taxando diretamente as riquezas produzidas e acumuladas pelo capital, redistribuindo-as, mas, ao mesmo tempo, norteando-se por uma legislação sensível à garantia dos direitos sociais, dialogar com os movimentos sociais.

Neste sentido, também é um equívoco acreditar, seguindo o que supôs o keynesiano Joseph Stiglitz, que o neoliberalismo estaria em crise desde o colapso financeiro de 2008. A capacidade com que instou os Estados a internalizar a crise, impondo medidas de austeridade e controle do trabalho, demonstra o quanto esse “sistema de poder” está vigente e, cada vez mais, fortemente alicerçado na atuação do Estado.

## REFERÊNCIAS

- CASTILHO, C. J. M. et al. Territórios ameaçados no contexto de expansão da urbanização neoliberal - o caso do Coque - Recife - PE. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 7, n. 1, 2018, p. 48-67
- CASTILHO, C. J. M. O uso neoliberal do espaço - impactos sobre os "territórios da vida humana" na cidade. *Revista Okara: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 13, n. 2, 2019<sup>a</sup>, p. 597-623
- CASTILHO, C. J. M. BAUTISTA, D. C. G. GOMES, M. B. A urbanização neoliberal em territórios ameaçados no âmbito do embate entre diferentes racionalidades de produção de ambientes urbanos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 15, n. 1, 2019, p. 222-236
- CASTILHO, C. J. M. Fortalecimento de territórios vividos na encruzilhada dos interesses globais e locais – atividades de comunicação em andamento. In: Cury, M. J. F.; Magnani, E.; Carvalho, R. de C. P. de. (Org.) *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina: Madrepêrola, 2019b, p. 16-32.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Vasconcelos, P. A. et al. (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 41-51
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Journal of Natural Resources Policy Research*, v. 1, n. 3. 2009, p. 243-253
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Bem-estar comum*. São Paulo: Record, 2016
- HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008
- HARVEY, D. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018
- LEFEBVRE, H. *Critique of everyday life. The One-Volume Edition*. Londres: Verso, 2014
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, O. B. F. et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 121-192.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990





- PASSET, R. A ilusão neoliberal. Rio de Janeiro: Record, 2002
- PIKETTY, T. Capital et ideologie. Paris: Editions du Seuil, 2019
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993
- ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015
- SANTOS, M. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, v. 29, n. 4, 1967, p. 78-92
- SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979
- SANTOS, M. La naturaleza del espacio: Técnica y tiempo razón y emoción. Barcelona: Editorial ariel, 2000
- SANTOS, O. A. A. e GOMES, E. T. A. A questão do desenvolvimento e os desdobramento recentes do processo de fragmentação do espaço em Recife - o caso do Projeto Novo Recife. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 36, n. 2, 2016, p. 379-398
- SANTOS, O. A. A. Diferenciação espacial: contribuição ao estudo de processos na cidade contemporânea. GeoUerj, Rio de Janeiro, n. 33, 2018, p. 1-21
- SANTOS, O. A. A. A fragmentação do espaço no Recife. Recife: Ed UFRPE, 2020
- SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010
- SMITH, A. The theory of moral sentiments. Indianapolis: Liberty Fund, 1982 [1759]
- SWYNGEDOUW, E. A cidade pós-política. Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, n. 08, 2012, p. 52-62
- TONUCCI FILHO, J. B. M; MAGALHÃES, F. N. C. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 19, n. 39, 2017, p. 433-454
- ZAHOUAL, H. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

## COMO CITAR ESTE TRABALHO

SANTOS, O.A.A; CASTILHO, C.J.M. O Espaço Urbano sob o Neoliberalismo e os “territórios da vida humana” como possibilidades do “comum”. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 17, n. 2, p. 31-46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2021.58497>. Acesso em: DD MM. AAAA.